



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 17, v. 1

jan.2022-jun.2022

p. 140-162

A força performativa do espaço: rasurando regimes de visibilidade

*(The performative strength of space:
erasing visibility regimes)*

*(La fuerza performativa del espacio:
borrando los regímenes de visibilidad)*

Roney Gusmão¹

RESUMO: O propósito neste texto é o de oferecer uma revisão de literatura que, numa abordagem interdisciplinar, problematize a dimensão performativa do espaço. Essa ideia ajuda a conceituar o espaço como parte integrante das subjetividades impressas nos corpos e, ao mesmo tempo, como suporte catalisador do engajamento de grupos que contestam a visibilidade. Por reconhecer a transitividade dos discursos que atravessam o espaço, o performativo é aqui anunciado em sua força política, na medida em que contribui para desconstrução de regimes de visibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público. Performatividade. Corpo. Gênero. Visibilidade.

Abstract: The purpose of this text is to offer a literature review that, in an interdisciplinary approach, problematizes the performative dimension of space. This idea helps to conceptualize space as an integral part of subjectivities imprinted on bodies and, at the same time, as a catalyst support for the engagement of groups that challenge visibility. Because it recognizes the transitivity of the discourses that traverse space, the performative is announced here in its political strength, as it contributes to the deconstruction of visibility regimes.

Keywords: Public space. Performativity. Body. Gender. Visibility.

Resumen: El propósito de este texto es ofrecer una revisión de la literatura que, en un enfoque interdisciplinario, problematiza la dimensión performativa del espacio. Esta idea ayuda a conceptualizar el espacio como parte integral de las subjetividades impresas en los cuerpos y, al mismo tiempo, como un apoyo catalizador para el compromiso de grupos que desafían la visibilidad. Al reconocer la transitividad de los discursos que atraviesan el espacio, lo performativo se anuncia aquí en su fuerza política, ya que contribuye a la desconstrucción de los regímenes de visibilidad.

Palabras clave: Espacio público. Performatividad. Cuerpo. Género. Visibilidad.

¹ Professor Adjunto do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidade (NuCuS), do Grupo de Pesquisa Culturas, Estéticas e Linguagens (CEL) e do Grupo de Pesquisa Memória, Espaços e Culturas (MESCLAS). E-mail: roney@ufrb.edu.br



1 Introdução

O presente artigo é desdobramento de algumas lacunas que identifiquei na minha pesquisa de pós-doutorado, quando, no outono de 2018, tive o primeiro contato com a cena *voguing* no Bronx Museum na cidade de Nova York. Por ter chegado um pouco cedo para o evento, resolvi esperar na entrada do museu em local que me permitia observar o seguinte: assim que adentravam no espaço, vários performers assumiam um novo repertório gestual. De repente, quando notavam a presença de outras pessoas da cena gay *underground*, os trejeitos se tornavam mais expressivos e dentro de uma linguagem gestual própria do grupo. O Bronx Museum não é residência fixa dos *balls*. Na verdade, ele funciona como abrigo eventual para realização de algumas competições desta cena, o que permite pensar na transitividade que alguns espaços adquirem a partir de suas muitas possibilidades de uso. Ademais, chamou-me também atenção o poder de afecção (no sentido spinoziano) dos corpos ali congregados, fato que desencadeou num encorajamento mimético de linguagens corporais específicas, não propriamente daquele lugar, mas do grupo que ali se encontrou. Ao identificar a potência de afecção daquela atmosfera momentaneamente instalada, perseguia-me a seguinte pergunta: em que medida o espaço também é performativo?

Já me parecia evidente essa força performativa do espaço no agenciamento e fomento de expressões específicas de subjetividades; entretanto, o entendimento do espaço, em si, como performativo me parecia ainda bastante nebuloso. Os indicativos de respostas a esta inquietação só me insurgiram quando admiti a permanência insidiosa da herança cartesiana no modo como eu ainda concebia o espaço. Por mais subversivos, íntimos e transitivos que os espaços a mim já se revelassem, velhas estruturas dicotômicas ainda me distorciam a visão, até mesmo porque este divórcio entre “corpo” e “mente” ou entre “dentro” e “fora” não se restringiu às ciências médicas para controle meticuloso do corpo e suas subjetividades, mas reverberou amplamente em outros campos do saber. De outro modo, aqui o esforço foi superar estas demarcações, concebendo o espaço como co-extensivo ao corpo e suas subjetividades, servindo, portanto, de referência transitória para congregação de grupos sociais que, pelos usos, agenciam seus significados e produzem deslocamentos.

No decorrer desta redação, provavelmente o/a leitor/a vai estranhar o trajeto teórico que percorro para analisar esta relação simbiótica entre espaço-corpo-subjetividades. Entretanto, é útil frisar que a disciplinarização cartesiana do conhecimento trouxe inestimáveis prejuízos para a percepção dos fenômenos sociais. Vale salientar, por exemplo, que as deduções das ciências biológicas sobre os efeitos da interação do corpo com o meio na formação da cognição humana



dentro dos processos evolutivos, foram de grande valia para entender o fluxo de significados como parte estruturante das subjetividades humanas.

Desse modo, com intuito de desconstruir compartimentações que distanciam “o homem” de sua exterioridade, os componentes cognitivos, que mediam a nossa interação com espaço, serão brevemente analisados no início do texto com a finalidade de nos ajudar posteriormente a refletir sobre a dimensão política dessa relação. Com esse propósito, categorias epistemológicas, como memória, discurso e corpo aqui insurgirão para ajudar na empreitada de pensar a performatividade de gênero dentro de contextos espaciais, corroborando, então, para problematizar os regimes de visibilidade que se impõem sobre os corpos destoantes.

À semelhança do observado no Bronx Museum, defendo que o espaço é desessencializado quando posto dentro de uma perspectiva performativa que desloque os significados produzidos por seus usos convencionais e, por isso, oportunize outras possibilidades de visibilidade. Assim, ao apropriar discursivamente do museu pela acentuação de trejeitos, *voguers* rabiscam os padrões normativos de inteligibilidade do corpo, o que tensiona significados e restitui o dissenso como prerrogativa democrática do espaço. Em suma, o propósito aqui é sublinhar o fato de que a citação do espaço para integrar performatividade de gênero desvela o caráter transitivo de seus agenciamentos.

Por fim, considero pertinente fazer uma última ponderação: apesar do enfoque dado neste texto à instituição de critérios de visibilidade e inteligibilidade dos corpos, não se pode negligenciar o fato de que a resistência é parte imanente das relações de poder. Sobre este tema, vale recorrer a Foucault (1988) para lembrar que o exercício do poder não presume a nulidade do sujeito pelo qual se pauta, mas, sim, a força de resistência que lhe oferece confronto. Em sua ótica, prazer e poder não se anulam, mas operam num mecanismo complexo de excitação e de incitação, uma vez que a própria nomeação das perversões acabou incitando as mesmas práticas que pretendia coibir. Por isso, neste texto os corpos precarizados pelos discursos de poder são pensados como vetores de confronto aos códigos de normalidade e, por esta razão, podem ser entendidos como força política ativa.

2 Interação espaço-corpo na dimensão cognitiva

Algumas reflexões filosóficas contemporâneas têm contribuído para desconstrução da herança cartesiana que ainda persiste no meio acadêmico. Dentre os/as estudiosos/as interessados/as na categoria “espaço”, esta situação não é muito diferente, uma vez que as dicotomias chegam a estruturar o modo como muitos objetos de estudo são ainda tratados em algumas pesquisas. Assim, não raramente, cisões entre sujeito/objeto, razão/emoção,



mente/corpo, interior/exterior, atravessam muitos trabalhos acadêmicos e se tornam condições para inteligibilidade do espaço em muitos dos percursos teórico-metodológicos.

Empenhado em problematizar dicotomias como essas, o neurocientista Antônio Damásio tem recorrido à filosofia como possibilidade de reatar a imbricação mente-corpo-ambiente nos estudos interessados nas subjetividades humanas. O autor argumenta que, para um comportamento bem-sucedido dentro dos processos evolutivos, os genes precisaram desenvolver algumas instruções essenciais para adaptação, criando mecanismos de punição e recompensa em situações adversas enfrentadas pelos organismos. Segundo Damásio (2011), deste mecanismo de punição/recompensa floresceram as emoções que, paulatinamente, atingiram máxima complexidade no cérebro, na mente e na consciência.

Abordagens biológicas como essas podem provocar estranheza no/a leitor/a, pois não tratam dos conceitos epistemológicos comuns às humanidades, nem abordam a questão dentro dos marcos teóricos familiares a estas áreas. Contudo, compreendo que pensar a relação corpo-espaço exige um esforço intelectual capaz de transcender compartimentações disciplinares; afinal, partindo do pressuposto de que grande parte dos/as leitores/as deste artigo mais se interessam pelos fluxos do que pelos binarismos estanques, é fundamental admitir a natureza diversa das trocas que integram a formação das subjetividades. É neste sentido que aproximações interdisciplinares entre as ciências biológicas e a filosofia contribuem para desconstrução dos paradigmas cartesianos, religando o espaço à esfera da subjetividade e chamando a diversidade humana para a cena investigativa. Assim sendo, como lembra Damásio (2001), os mecanismos cerebrais precisam ser pensados interdisciplinarmente, de modo articulado a fenômenos socioculturais, pois, como adverte este autor, foi o pensamento modernista – bem condensado em Descartes – que redundou num isolamento dos cientistas da mente, deixando de lado o próprio do corpo e o ambiente (físico e social).

Também atacando os obstáculos disciplinares nas interlocuções entre corpo e ambiente, a pesquisadora Christine Greiner (2010b) lembra que não há nada em nosso pensamento que não tenha estado também no sistema sensório-motor do corpo. Isso significa dizer que é indispensável entender os trânsitos entre o pensar e o agir a fim de tratar o binômio interior/exterior mais como complementariedade aberta e transitiva. Conforme aponta a autora, o cérebro humano coevolui em relação ao meio na medida em que eventos externos são continuamente traduzidos e ressignificados no corpo e pelo corpo, tendo a linguagem como meio primordial para construção de um sistema conceitual metafórico (GREINER, 2010a). Ainda segundo a autora, a metáfora não pode ser entendida unicamente como figura de linguagem verbal, pois o corpo se relaciona com o mundo e consigo mesmo pela construção metafórica, isto



é, pela corporificação de palavras e transferência de significados. Disso resulta a construção de metáforas que cria o ato humano e esta ação possibilita fazer e desfazer conceitos pré-existentes, de modo que novas possibilidades de pensar e mover dinamizam a tríade corpo-ideias-mundo (GREINER, 2010a).

Ainda debatendo esse tema, Greiner (2005) chama a atenção para a noção de que as metáforas podem também ser nítidas na confluência entre componentes espaciais e atributos tipicamente humanos, comprovando a contínua diluição da experiência humana em objetos não-humanos “externos” ao sujeito. Por exemplo, ao dizer “bairro gay”, “a escola ensina” ou “a cidade está de luto” traímos os compartimentos conceituais cartesianos e mesclamos sujeito-ideias-ação-espço. Por esta combinação de ideias, a experiência se dilui no espaço de tal modo que é difícil discernir uma sensação puramente humana de um espaço puramente externo, já que as experiências são fruto de nossos corpos situados em contextos espaciais e temporais. A inserção da metáfora como parte dos processos de leitura do espaço nos ajuda a entender o fato de que os objetos se tornam inteligíveis aos sujeitos pelo seu caráter interacional, cujos sentidos emergem na experiência e nos afetos. Neste sistema de inteligibilidade, a linguagem insurge como uma mediação fundamental para entendimento e incorporação dos signos diluídos na espacialidade.

Como parte da linguagem à qual nos referimos, “o movimento” é outro elemento fundamental nos processos comunicacionais entre “o interior” e “o exterior” do corpo. Além de auxiliar na criação de imagens mentais, o movimento redefine padrões de percepção e atualiza o fluxo de significados. A estes processos latentes de percepção, Greiner (2005) chama de performance, que, tanto nos ajuda a entender a dramaturgia teatral e a dança, como também a própria comunicabilidade do corpo no dia a dia. Também nesta direção, Damásio (2011) lembra que a construção de “imagens mentais²” se baseia nas mudanças que ocorrem no corpo e no cérebro durante a interação física entre o corpo e um dado objeto. Segundo o autor, os padrões neurais são transitórios, pois são feitos de uma seleção de circuitos requeridos na experiência sensorial do corpo com o ambiente. Assim, o nosso conhecimento de uma determinada paisagem ocorre no interior do cérebro, mas a partir de diversas partes do corpo que também participam do processo: “mais cedo ou mais tarde, as vísceras são levadas a reagir às imagens que você está vendo e àquelas que a memória está criando internamente, relativas ao que vê” (DAMÁSIO, 2001, p. 235).

² De acordo com Damásio (2011), imagens mentais consistem em mapas momentâneos criados pelo cérebro. Tratam-se de imagens concretas ou abstratas que podem ser armazenadas na memória com mediação da cognição e das emoções.



Essas imagens mentais acabam se tornando a matéria-prima da memória e, portanto, adquirem transitividade no transcurso da vida humana. Por isso, é possível dizer que o ambiente percebido passa a ser incorporado de um modo absolutamente pessoal, tanto porque depende de sistemas cognitivos e caracteres sociais em condições muito específicas, como porque é conectado e confrontado com as experiências precedentes arrastadas pela memória.

3 Memória e movimento: mediações entre corpo e espaço

Ainda por meio de Damásio (2001) é possível encontrar a constatação de que a formação da mente humana a partir de processos evolutivos somente foi possível por meio da interação dos movimentos corpóreos com o ambiente. O esforço do autor de pensar a articulação entre corpo e ambiente fora da lente disciplinar possibilita entender que não somente as condições físicas do meio se apresentam como objeto de inteligibilidade e preocupação das conexões cerebrais, mas também a dinâmica social espacializada é parte primordial daquilo que nossa percepção se ocupa. Como mencionado no final do tópico anterior, a percepção imediata é continuamente confrontada com as experiências precedentes que a memória carrega e, neste processo complexo de mesclagem, o imediato e o precedente cooperam para a construção de significados sobre o mundo circundante. Em vista disso, pensar nos modos como sujeitos representam o espaço exige levar em conta, não só os processos de subjetivação que envolvem a vida social, mas, também, o repertório de experiências armazenadas, transmitidas e transmutadas nas relações sociais. É por isso que falar da memória não nos limita apenas ao passado, antes, a ele incluem os modos como interpretamos o aqui e o agora dentro de referenciais pretéritos que são carregados e, ao mesmo tempo, transmutados no presente.

A tentativa aqui é insistir no distanciamento da abordagem de concepções estáticas do espaço, que o entendem como passivo externo à prática social. Quando pensamos o espaço, estamos considerando os demais corpos que nele se tornam visíveis e com ele interagem, mobilizando significados e re-criando discursos. É por isso que nos interessa entender os fluxos interacionais entre corpos e espaço, tendo em vista observar, tanto os sentidos que são reproduzidos, como os que confrontam as representações precedentes. Evidentemente, é preciso reconhecer que nossa interpretação do ambiente em relação com outros corpos não ocorre apenas pela elaboração de imagens visuais, nem tão somente pela linguagem, mas também “através de algo mais estranho em nossa carne: as ações com as quais podemos representar os movimentos alheios” (DAMÁSIO, 2011, p. 90). O movimento, portanto, se apresenta como parte fundamental da construção dos signos da linguagem e cooperam ativamente com a elaboração dos discursos a respeito dos corpos.



Para desenvolver o restante desta etapa do texto, encontro inspiração nas obras de Damásio para tratar o movimento e a memória como duas das mais importantes vias de interpretação do espaço. Neste sentido, antes de adentrar na performatividade do espaço, julgo ser necessário observar que o movimento corporal se traduz como mecanismo fundamental na expressão de subjetividades. Em seguida, abordo a memória em sua capacidade reiterativa de discursos e, também, por sua potência de transformação. O interesse aqui é considerar o movimento e a memória como interfaces de um todo representacional, cujos conceitos somente possuem sentido dentro desta indissociabilidade.

3.1 O movimento

O debate teórico de que trato até aqui visa consubstanciar a ideia de que corpos e seus movimentos se apresentam como textualidade no espaço urbano. Isso ocorre porque o espaço das cidades, embora tracejado por relações de poder, não existe fora do discurso e muito menos existe fora da dialética re-produção/des-construção de representações. Vale acrescentar que tratar da relação corpo-ambiente requer levar em conta também os modos pelos quais os movimentos dos corpos se apresentam como textualidade no espaço na medida em que produzem trocas ininterruptas de significados. Se, como lembra Butler e Athanasiou (2013), a visibilidade do corpo já é suficiente para criar discurso, o que dizer, então, do corpo visível munido de movimentos e gestualidades que interagem com o contexto espacial? Também encontro inspiração em Certeau *et al* (2013) para lembrar que o corpo é suporte de mensagens gestuais não-verbais que se tornam legíveis no espaço, seja em respeito aos códigos nele já estabelecidos, seja para desvio dos comportamentos que ali foram convencionados pela reiteração. Assim, no fluxo de informações entre as sociedades, são criados e perpetuados padrões de visibilidade dos corpos, cujos movimentos acabam sendo, de algum modo, afetados pelos discursos de poder que insinuam critérios de coerência na relação corpo-ambiente. Por esta ideia, a gestualidade adquire função política fundamental para visibilizar modos antagonistas de pensar o exercício da vida pública. Por isso também, não raro, os sujeitos educam sua percepção para decifrar a aparência da vida social, de modo a garantir a legibilidade de seus corpos pela reiteração dos discursos circundantes (COURTINE, 2013). De outro lado, a gestualidade também pode funcionar como ferramenta de confrontação das estruturas precedentes, notabilizando, assim, modos diversos de existir corporalmente.

Agamben (2017), por exemplo, entende que o gesto faz aparecer o “ser-em-um-meio” e, desse modo, re-cria códigos comportamentais para visibilidade do corpo. Ainda, segundo o autor, os gestos comunicam “aos homens” por consistirem, em si mesmos, numa medialidade



sem, necessariamente, possuir uma finalidade. Os gestos, para Agamben, são a exposição do ser-na-linguagem que amplia a visibilidade do corpo e, por efeito, abre sua dimensão ética e política. Noutros termos, gesticular é um modo de notabilizar o corpo, tornando-o textualidade coextensiva aos espaços por onde percorre e, desta maneira, a gestualidade adquire uma dimensão política, revelando-se como mediação comunicacional peculiarmente humana.

É importante acrescentar a esse tema o debate sobre o poder como porção fundamental da construção dos significados e dos discursos que atravessam o corpo e seus movimentos. Butler (2019b) reconhece que critérios morfológicos de inteligibilidade são produzidos historicamente por esquemas reguladores, cujo fim é criar e conquistar os corpos que importam. É desta maneira que discursos de poder, sob a herança da hegemonia racionalista, acabam instituindo modelos de legibilidade ao exercício político no espaço. Ainda tratando deste tema, Courtine (2013) lembra que a construção da “civildade” dentro do discurso cartesiano burguês do século XVII evoluiu em paralelo com as práticas de saúde e higiene. O autor explica que o imaginário mecânico do corpo nos tratados médicos, erigido sobre os pilares das dicotomias, ignorou a relação simbiótica entre os organismos vivos e o macrocosmo, isolando e autonomizando o corpo como substrato passivo. Para reforçar a vigilância sobre o corpo, tornou-se necessário enfatizar o perigo de substâncias, outrora inofensivas, para administração mais rigorosa dos orifícios do invólucro corporal, analisando suas secreções e aumentando preocupações com infiltrações possíveis (COURTINE, 2013). Agora o olhar dissecava minúcias e recria as práticas de civildade, saúde e higiene por regimes de visibilidade do corpo, impondo padrões aceitáveis sobre sua mecânica e, por efeito, justifica as anomalias como “contranaturalidade” que devem ser excretadas civil e morfológicamente. A própria denominação e tipificação das perversões (compreendidas como uso inatural do corpo) foi originada da necessidade de controle e coerção, tendo em vista a citação de corpos e atos desviantes para fins de normalização. Este modo de pensar consolidou padrões comportamentais toleráveis, redundando na exclusão dos sujeitos não alinhados à órbita do normal que, deste modo, foram estigmatizados como inegáveis à visibilidade.

É importante salientar que o discurso racionalista médico de que tratamos acima reverberou em diversas esferas do saber, apresentando os limites epidérmicos do corpo físico como analogia para dissimular a aparente “substância” interna do corpo divorciada de sua exterioridade. Por conseguinte, ideias em torno do gênero, por exemplo, foram estruturadas sobre a pressuposição da coerência cultural e identitária internas a um corpo passivo, cuja materialidade foi subordinada à supremacia da razão modernista. Ao defender as fronteiras do corpo por códigos específicos de coerência cultural, este discurso racionalista criou e naturalizou limites de aceitação de gestualidades, movimentos, posturas, relações e usos dos corpos



(BUTLER, 2003). O paradoxal deste discurso é que as próprias preocupações do discurso racionalista já admitem o fato de que as fronteiras do corpo nunca são puramente físicas, mas envolvem significados e convenções que regulam os sujeitos pelo engendramento de tabus. Como exemplo, é possível lembrar que algumas epidemias foram historicamente acompanhadas por discursos sobre usos dos corpos, tendo a figura “o outro” como causa.

A sífilis imprimiu nos corpos dos séculos XVI ao XIX a obsessão da modernidade patriarcal-colonial pela pureza racial, que condenava o casamento entre pessoas de etnias e classes sociais diferentes (PRECIADO, 2020). Enquanto o culpado pela sífilis era o estrangeiro, no século XX, a AIDS atualizou a necessidade de controle dos corpos dentro de outra variável: agora, o corpo gay carregaria a marca da “peste”, justificada pela degeneração moral de práticas “inaturais”. Como lembra Butler (2003), o discurso conservador sobre a AIDS perpassou pelo argumento da transgressão das fronteiras discursivas sobre o corpo, cuja troca de fluidos fora dos parâmetros de “normalidade” criaria um corpo poluído, que carregaria as marcas da insubmissão aos padrões convencionados como “naturais”. Desse modo, tratar da forma como o corpo gay foi interpretado como “corpo poluído” requer considerar atos, gestos e hábitos, em si mesmos, como forças infratoras que transcendem os códigos verbais de comunicação. Logo, existir como corpo infrator é existir como linguagem corporal discordante que antagoniza pelo simples fato de ser notado. Dentro deste tema, Butler (2003) se apoia na filósofa Julia Kristeva para entender estes corpos como abjetos³, cuja condição não diz respeito apenas a uma aparência insalubre, mas, principalmente, às perturbações discursivas que ele pode provocar num sistema ou numa determinada ordem.

Retornamos a Greiner (2010b) para entender que, por vias de regra, o abjeto é “o outro”, ou seja, o corpo repugnado sempre é aquele que escapou dos limites da inteligibilidade sob a égide dos discursos de poder. Este abjeto, como lembra a autora, convive com o perpétuo colapso de significados, pois se equilibra nos limites da não existência e de uma realidade dúbia. O abjeto, para Greiner (2010b, p. 67), nunca para de buscar seu território porque não se firma solidamente: “Ele parece sempre fluido, inacabado. Nunca está alerta o suficiente para saber de si. Precisa ser o tempo todo lembrado. É o gozo que faz o abjeto existir como tal. Abjeção é sobretudo ambiguidade. Ela não divide o sujeito daquilo que o ameaça”. O abjeto, do contrário, vive sempre em perigo, sujeito à violência, aos discursos e intervenções que visam normalizá-los, quando não expurgá-los por completo. Pelo discurso racionalista sobre a normalidade do

³ A condição de abjeto, em si, já carrega uma conotação espacial. É abjeto o sujeito que se encontra deslocado do território destinado à sua condição residual. Por efeito, é por conta desta sua realidade territorialmente deslocada, que o abjeto é um devir instável, cambiante, movediço e fronteiro.



corpo, abjeto é convenientemente invisibilizado para sua despotência política, é-lhe furtado o direito de ser percebido como corpo legível e, por isso, busca reconhecer-se espacialmente, afetivamente, socialmente. Ademais, pela universalização de atributos humanos no discurso racionalista, o abjeto é desumanizado, tornando-se, por isso, passível de categorização e estereotipização.

Na tentativa de compreender a forma como se dá a interação dos corpos abjetos com o espaço, Butler e Athanasiou (2013) resgataram o conceito cunhado por David Harvey de “acumulação por desposseção⁴”. Como lembram as autoras, este conceito se refere às condições politicamente provocadas, sobretudo por governos neoliberais, que “ao designar a condição politicamente induzida em que certas pessoas e grupos de pessoas ficam expostos de forma diferencial a lesões, violência, pobreza, endividamento e morte, ‘precariedade’ descreve exatamente as vidas daqueles cujo **‘lugar** apropriado é o não-ser⁵” (BUTLER e ATHANASIOU, 2013, p. 19 – grifo meu). A condição de desposseção acaba reforçando a desumanização dos sujeitos abjetos quando os expurga espacial e subjetivamente, concebendo seus corpos como “subjetividade deslocada”.

Do ponto de vista do espaço, o controle social e político do pensamento neoliberal acirra cisões e cria novas trincheiras para manutenção do estranho fora dos padrões espaciais e sociais de normalidade. Como dito no início deste texto, corpos-espacos-movimentos se inter cruzam de tal forma que motivam políticas de apropriação ideológica de grandes trechos do espaço urbano, com o propósito de estabelecer parâmetros que coagem os corpos sobre quem pode e quem não pode ali circular. Despossuir os corpos abjetos da visibilidade se traduz como tentativa de anular as desconstruções que suas textualidades corporais podem provocar, significa também na repulsa que o neoliberalismo tem de tudo que seja público, afinal, destituir o lugar público de sua natureza integrativa impõe uniformização como atributo e não como um problema.

A ideologia neoliberal remasteriza o pensamento sectário cartesiano quando aponta para um padrão social e comportamental unitário, o que implica no banimento dos corpos discordantes. Essa lógica expele os abjetos e os lança num estado de total desfiguração política, porque induz a vulnerabilidade de suas vidas e lhes confisca a cidadania com sua invisibilização. A imobilidade destes corpos se torna, então, modo de opacificar sua linguagem e isso tanto se refere às políticas que consentem com sua marginalização e ofuscamento, como também aos códigos de normalidade que emolduram a aparência dos corpos dentro de esquemas binários deveras redutivos.

⁴ *Assigned disposability.*

⁵ Tradução minha.



3.2 A memória

Mais próximo das ciências sociais, Goffman (2014) recorreu a metáforas do teatro para entender a construção do “eu” na vida cotidiana. O autor sugere que o desempenho social da vida ordinária ocorre como representação dentro de um contexto cênico, ou seja, na interação performance-cenário os sujeitos garantem uma aparência coerente com as expectativas do grupo social (ao qual o autor chama de plateia). Assim, com intuito de garantir aderência ao contexto socioespacial, os sujeitos se esforçam para reiterar atos que mantenham e sustentem performaticamente a identidade. Ao observar este esforço dos atores sociais para garantir o lugar social que pretendem conferir a si mesmos, Goffman conclui que esta não é uma condição plena de sua posse, mas, trata-se, sim, de um modelo de conduta, em que o sujeito representa “com facilidade ou falta de jeito, com consciência ou não, com malícia ou boa-fé [e que] nem por isso deixa de ser algo que deva ser encenado e retratado e que precise ser realizado” (GOFFMAN, 2014, p. 88).

Nesse sentido, na relação dos atores sociais com o cenário (ou ambiente), a performance se torna elemento estratégico para assegurar o fluxo de significados entre os objetos que compõe a exterioridade e o campo das representações elaboradas inter-subjetivamente. Nesta composição, metaforicamente teatral, os atores sociais precisam reproduzir os padrões aceitáveis de performance, o que exige que os sujeitos recorram a um repertório mnemônico em conformidade com cada cenário social. É válido lembrar que cada um destes cenários demanda modos específicos de atitudes consideradas socialmente aceitáveis. São gestos, roupas, timbres de voz ou conteúdo da fala apropriados para cada ocasião da vida social, fato que permite ao sujeito expor-se em coerência com as expectativas segundo roteiros incorporados e sutilmente reinventados na memória.

Para a prática social, a memória, funciona tanto como fonte de “seleção” para a aparência física e gestual em cada ocasião, quanto como referência para interpretar os outros corpos. Um esforço deste artigo é distanciar-se das dicotomias cartesianas que embaçam a percepção das conexões e trânsitos entre corpos e espaços. E esta preocupação também se aplica ao modo como concebemos a memória para além da presunçosa ideia de representação substancial do passado. A memória, contudo, muito mais diz respeito ao presente do que ao passado e, por isso, na meta de resgatar os episódios vivenciados, acaba deslocando também a carga de afetos e cognições que o corpo experienciou no instante memorado, aderindo aí também outros tantos sentimentos transitórios do presente.

No início do texto recorri a estudos das neurociências com o fim de perceber como os próprios dispositivos cerebrais e suas terminalidades nervosas participam da construção de



imagens permeadas de sensações físicas e psíquicas. Ao acrescentar este debate às reflexões sobre memória, é possível, então, refletir sobre o grau de parcialidade que os fatos memorados possuem, pois, além de estarem sujeitos a processos cognitivos, também estão inscritos em intencionalidades sobre o que deve ser perpetuado na memória e o que deve ser apagado. Com isso é possível concluir que a memória está longe de ser uma transcrição fidedigna do passado; ao contrário, ela consiste num modo específico de representá-lo, sujeita a inúmeras mediações cognitivas e, ao mesmo tempo, exposta aos interesses do presente.

Outra observação muito importante é o fato de que a memória não é apenas faculdade do intelecto, mas, também, do corpo. Vale justificar a inclusão do corpo como parte substancial da memória por duas razões: primeiro, porque nossos movimentos corporais seguem padrões de inteligibilidade que, de tão reiterados, acabam por involuntariamente reproduzidos no dia-a-dia. Connerton (1999) observa que gestos, como aperto de mão ou tirar o chapéu, consistem em linguagens não verbais sedimentadas no corpo que só criam comunicabilidade pela repetição. Assim, ao mesmo tempo em que a memória é corporizada para comunicar, ela cria discursos de legibilidade dentro de uma ampla rede de referências sógnicas. Por esta razão, frequentemente a memória nos alerta que gestos corpóreos são relacionais e dependem de cada ocasião para cumprir seu propósito na linguagem.

O segundo motivo para atentarmos ao corpo nos estudos sobre memória é o fato de que a memória está longe de ser substância pura guardada no íntimo “eu”; antes, ela está sujeita às sensações e, por sua capacidade de recriar referências, falha na tentativa de fixar padrões. Foi dito logo acima que a memória não é réplica do passado, antes, ela é sua representação e isso é fundamental para entender que, mesmo dizendo respeito ao passado, ela é dotada de potência criativa que se apropria do caráter transitivo do que fora representado. Sobre este tema, para Bosi (2003) a memória possui uma função decisiva na experiência porque relaciona o corpo presente com o passado, participando (consciente ou inconscientemente) das representações elaboradas pelo sujeito. Nesta mescla com os interesses e emoções do agora, a memória permite viver o passado com nova intensidade e por outras mediações cognitivas.

Conceber a memória como revisita ao passado nos ajuda a entender como a incorporação de padrões comportamentais falha e isso ocorre porque a memória mais opera pela atualização do que, propriamente, pela replicação de um ideal reiterado no discurso. Assim, ao mesmo tempo em que tendemos a sustentar nossos parâmetros de inteligibilidade dos corpos em sistemas de valor arrastados pela memória, involuntariamente nossa tentativa de reiteração deste repertório comportamental fracassa e cria novas possibilidades de existir corporalmente. Bergson (2006) considera que a apreensão tem algo que ultrapassa imprevisivelmente a percepção e, por



isso, ele chama atenção para o fato de que a “memória verdadeira” não se restringe à “memória-hábito”, isto é, a memória de força criadora não se subordina à repetição de hábitos sedimentados na mecânica do corpo. Esta “memória verdadeira”, tratada por Bergson, mistura o profundo da memória com a percepção imediata, eclodindo em modos pessoais de interpretação que excedem as “memórias-hábito”. De fato, Bergson distingue a “memória verdadeira” (aquela de propensão criativa) da “memória-hábito” (gravada nos mecanismos motores), mas esta diferenciação não existe para ele como segmentação estanque. Na verdade, estas memórias se inter cruzam e, neste instante, desestabilizam os padrões habituais: “o espírito humano pressiona sem parar, com a fatalidade da memória, contra a porta que o corpo vai lhe entreabrir: daí os jogos da fantasia e o trabalho da imaginação – liberdades que o espírito toma com a natureza” (BERGSON apud BOSI, 2003, p. 39).

É por conta de constatações como essas que o devir, para Bergson, se torna característica sobremaneira relevante para o entendimento “do homem”, sendo este um ponto nodal para pensar na forma como o sujeito unitário do pensamento cartesiano é pura ficção distante do permanente vir-a-ser que marca a vida humana. Por esta ideia, o corpo é pura indeterminação e, portanto, liberdade, cujos desequilíbrios servem-lhe para criação de equilíbrios novos (BOSI, 2003) e as memórias, até dizem respeito ao passado, mas suas mediações (sobretudo corporais) sabotam a exatidão de atos reiterados, reforçando a ideia do corpo como parte do devir criativo “do homem”. A repetição até pode gerar uma aparente naturalização de atos banalizados pela reiteração, no entanto, em cada repetição, são incorporados outros “equilíbrios” que, sutilmente, inovam os referenciais corpóreos e engendram outras possibilidades do fazer(-se).

Na próxima seção do texto trato mais detidamente do espaço como importante mediação para performatividade de gênero. A discussão realizada até esta etapa do artigo permite entender o espaço, não como vazio externo ao corpo, mas como coextensão do fluxo de significados e representações. A memória, por sua vez, insurgiu como parte importante desta abordagem porque, conquanto se apoie em representações do passado, é também vetor criativo que reescreve e atualiza significados. Assim, quando falamos de espaços performativos, não estamos defendendo a fixação de discursos na materialidade espacial; ao contrário, estamos, sim, apontando para o espaço como parte da construção de significados reiterados e transmutados na prática social. Do mesmo modo, tratar da inscrição dos discursos de gênero no corpo requer perceber que a reiteração de atos gera falhas pela força de atualização dos referenciais discursivos de gênero na memória. Ora, se a memória opera exatamente na criação de novos equilíbrios no corpo mesmo na intenção de submetê-lo a um roteiro de atos pré-estabelecidos discursivamente, logo, é possível deduzir que a memória cria sorrateiramente modos infinitos de



performatizar o gênero. De modo semelhante, pensar em espaços performativos implica considerar a transitividade dos significados que são construídos sobre o espaço e sobre os corpos que nele circulam. A mesma memória que desestabiliza a repetição dos padrões visuais de gênero também nos ajuda a rabiscar os discursos que definiram os corpos elegíveis a performatizar nos espaços. Por conseguinte, o direito de aparecer no espaço público deixa de estar submetido a normas prescritas na memória social por sistemas de poder para se tornar uma possibilidade real de exercício político, gravado, inclusive, no imaginário popular.

4 O performativo do espaço

Com o objetivo de conduzir este debate para reflexões em torno do gênero, é pertinente sublinhar algumas desconstruções conceituais em torno da noção de “identidade”, como tem sido incisivamente tratada por Butler (2003). A autora entende que a aparente “coerência” e “continuidade” do sujeito é, na verdade, resultado das normas de inteligibilidade instituídas e reproduzidas socialmente. Portanto, a ficção cartesiana de uma identidade anterior ao sujeito conduz à falsa percepção da coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo dentro de marcadores ideais de inteligibilidade. Por isso, a autora destaca que a reiteração dos discursos estabilizadores do gênero provoca uma sensação de sua naturalização, o que omite os discursos normalizadores como estratégias de policiamento da aparência social do gênero no interior de moldes unitários.

Preciado (2018, p. 118) entende gênero como “efeito de um sistema de significação que inclui modos de produção e decodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados”. Por esta precisa definição, fica nítido o fato de que o gênero é, de fato, expresso na performance (entendida como expressão visual do “eu”), mas não se limita a ela. Para além, entender gênero como performativo é incluir os processos de significação que situam estas performances, bem como o caráter transitivo dos referenciais reguladores do gênero. O performativo nos lembra que gênero não existe como identidade substancial interna, mas apenas como reiteração de normas precedentes, que postergam o ideal regulador (BUTLER, 2019b). Tratar o gênero como performativo também significa entender que suas normas são reguladas socialmente pela repetição e, por isso, escapam o controle dos sujeitos, exigindo-lhes conformação aos moldes estipulados sobre o que é ser homem ou o que é ser mulher.

Uma vez compreendendo o gênero como performatividade, Butler (2019a) conclui que igualmente performativos são os objetos que funcionam como suportes materiais para a



expressão das “identidades⁶” do sujeito. A autora destaca que é impossível falar do corpo como uma entidade fora das relações e que, em seus termos, “o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação. Sua ação é sempre uma ação condicionada, que é um sentido do caráter histórico do corpo” (BUTLER, 2019a, p. 72). Em vista disso, a autora conclui que não é apenas o gênero e a sexualidade que são performativos, mas também todas as articulações políticas que lhes são correlatas.

Numa interessante abordagem sobre a história da moda e seu papel social, Crane (2006) observa que, no século XIX, a roupa vitoriana servia como forma de controle social para manter as mulheres em subordinação aos homens. Eram peças do vestuário que restringiam o movimento e pressupunham uma mulher que não impunha participação política nem exercício profissional, mas que apenas servia para adornar e visibilizar o status social de seu marido. No entanto, na medida em que as mulheres foram adentrando espaços outrora restritos aos homens, como as carreiras profissionais e acadêmicas, paulatinamente foram incorporando peças masculinas às suas vestimentas. Crane defende que o uso de calças ou gravata foram estratégias para usurpar a autoridade masculina e promover modos de visibilização do corpo feminino no espaço público dentro de outras possibilidades performativas. As gravatas, por exemplo, que eram símbolo da posição de autoridade masculina, foram integrando as vestimentas femininas em solenidades, como formaturas, e nos exercícios de algumas funções de destaque no trabalho.

A despeito dos severos marcadores visuais de gênero na Era Vitoriana, os símbolos não-verbais precederam mudanças no papel das mulheres, permitindo entender como roupas e acessórios servem perfeitamente de suportes performativos para expressão de gênero. Com isso não queremos afirmar que os símbolos visuais aderidos ao corpo tenham causado as transformações sociais em torno do papel da mulher na entrada do século XX, mas que eles foram cruciais para emergir visualmente na cena pública várias das transformações em curso e, por isso, ajudaram a implantar novas possibilidades performativas de expressão de gênero que embaralham seus limites. Igualmente importante é perceber que a visibilidade da performatividade de gênero no espaço público pode desestabilizar discursos conservadores, na medida em que confunde fronteiras aparentemente estáveis.

Uma vez que a performatividade de gênero inclui os modos de decodificar os signos visuais coextensivos ao corpo, entendo que muitos podem ser os marcadores visuais que cooperam para a produção de discursos sobre o corpo no espaço público. Salientemos, por exemplo, o gesto. Certeau et al (2013, p. 200) afirmam que “os gestos são verdadeiros arquivos

⁶ Ponderando sobre a caótica imprecisão do termo, sobretudo quando diz respeito ao gênero e suas transitividades.



da cidade, se entendermos por ‘arquivos’ o passado selecionado e reempregado em função dos usos presentes. Refazem diariamente a paisagem urbana. Esculpem nele mil passados...”. A afirmação é norteadora de grande parte do que pretendemos tratar neste artigo e dela extraímos algumas questões fundamentais. Primeiramente, chamo atenção para a presença da memória no desenho dos gestos que escrevem a textualidade urbana. Os gestos, na ótica de Certeau et al (2013), ajudam a dar acesso à cidade porque, com auxílio da memória, adequam a visibilidade do corpo aos códigos já conhecidos pelos usuários do espaço. Com isso, sutis sistemas de valores se mesclam a referenciais do espaço na negociação de códigos de gestualidades e criam marcadores de normalidade. Evidentemente, os discursos que transpassam a vida social existem a partir de significados precedentes, logo, a memória, como faculdade ativa neste processo, estabelece associações entre o percebido de imediato e os repertórios precedentes, prontos para serem despertados como referências (COURTINE, 2013).

Assim, quando aparecem, os corpos carregam e inspiram discursos, cujas formulações se estruturam sobre referenciais mnemônicos. O corpo é, então, percebido dentro de um contexto relacional e, portanto, dentro de referenciais que também protagonizam a composição da imagem significada. Um transeunte, por exemplo, transporta significados por sua indumentária, pelos gestos e pelo próprio espaço por onde trafega. É por isso que conceitos de periferia e marginalização, embora possuam conotação espacial, envolvem também discursos produzidos sobre o corpo: ao falar de lugares periféricos e marginais, em alguma medida, está sendo inserida a ideia de corpo periférico e marginal. E, mais, quando o corpo marginal se desloca num espaço não-marginal, ele gera estranhamentos e, por efeito, como lembra Orlandi (2004), cria novas textualidades e novas confrontações políticas.

Sennett (2014) nos lembra que, no século XVIII, o pensamento racionalista, que separou as esferas natureza e cultura, contribuiu para a criação do contraste entre público e privado. O autor entende que a família se tornou um “assento da natureza” (o que justificaria a nomeação dos anormais ou desnaturais no século XIX) e no espaço público residiria a esfera da cultura. Por esta ideia, o domínio público teria a função de corrigir as eventuais deficiências (incivilidades) da natureza, exigindo ponderações sobre como devem ser os comportamentos dos sujeitos na vida pública no contato com estranhos. O resultado disso foi uma disciplinarização tal dos corpos no espaço público, que, no século XIX, acrescenta Sennett (2018), as ruas das cidades europeias da Era Vitoriana eram preenchidas por corpos vestidos com roupas escuras, como um mar de corpos sob peças acinzentadas e chapéus pretos. As cores haviam cedido lugar à uniformização emoldurada em discursos de normalidade na égide do projeto modernista para as cidades.



A uniformização dos corpos transeuntes nas cidades do século XIX é um efeito direto da lógica de poder instituída em consonância com o nascimento da modernidade. Soma-se a isso o fato de que discursos inspirados no racionalismo cientificista balizaram os esforços das administrações públicas urbanas para estruturar uma cidade higienista, que fosse capaz de espacializar o ethos moralista e sanitarista da ideologia burguesa. Assim, como lembram Dreyfus e Rabinow (1995), o biopoder que nascera com a sociedade moderna estendeu sua rede para os menores movimentos do corpo, chancelando critérios de normalidade para circulação no espaço público. Na parte central desta necessidade de controle dos corpos, estava a sexualidade, que, especialmente no século XIX, se tornou objeto de investigação científica, com o fim de nomear e controlar todos os comportamentos sexuais qualificados como anormais. Como lembra Foucault (1988), a própria burguesia precisava criar códigos de nobreza de sangue e, portanto, resguardar o matrimônio como estratégia política para transferência patrimonial. Com isso, o núcleo familiar se tornou um dos mais importantes objetos de cuidado pelo patriarcado, sendo necessário expurgar do ângulo de visão qualquer comportamento que destoasse destes padrões. É no epicentro deste cenário que a hegemonia do discurso racionalista pavimentou o caminho para a implementação de políticas higienistas no espaço público de importantes cidades ocidentais nos séculos XIX e XX. Na ocasião, a assepsia justificada pelo controle de epidemias reforçou os padrões de legibilidade dos corpos e sua categorização dentro de esquemas de poder.

Nesse sentido, quando o discurso racionalista fincou nos corpos limites para inteligibilidade social, produziu regimes de visibilidade e, portanto, engendrou critérios de elegibilidade ao exercício político no espaço. Para tratar disto, vale retornar a Butler (2019a) para entender que, muito mais do que uma localização física, o espaço ao qual tratamos implica a organização das pessoas, cuja articulação entre ação e fala estabelece um espaço de aparecimento “entre” os corpos. Do mesmo modo como é próprio do esforço pós-estruturalista desessencializar as identidades, é igualmente importante desconstruir ideias sobre o espaço como pura exterioridade e, por isso, borrar fronteiras arbitrárias que isolam o “dentro” do “fora”. Como já foi dito em outras partes deste texto, é preciso tratar o espaço na sua íntima simbiose com o corpo e suas subjetividades, reforçando, então, muito mais a interpenetração transitiva de significados historicamente construídos. Uma alternativa para desenvolver teoricamente esta abordagem é entendendo o corpo como textualidade transitiva do espaço. Certeau (1998) argumenta que muitos dos praticantes ordinários da cidade escapam das totalizações imaginárias do olhar, fato que provoca um estranhamento sobre a legibilidade dos seus corpos. Na ótica do autor, as andanças destes sujeitos pela cidade exercem tripla função enunciativa: apropriam-se do sistema topográfico da cidade (semelhante à forma como o locutor toma posse da língua);



realizam espacialmente o lugar (como a palavra é realização sonora da língua) e criam relações entre distintas posições em forma de movimentos (como a enunciação verbal estabelece o face a face entre locutores). O autor prossegue entendendo que, apesar dos obstáculos que podem ser encontrados na prática ordinária da cidade, o caminhante sempre os atualiza, criando variações e improvisações e, por isso, transmutando os significantes espaciais. Nesta relação tátil com o espaço, “o usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (CERTEAU, 1998, p. 178).

Destacando as possibilidades dissensuais de uso do espaço urbano, Certeau compara o espaço geométrico dos urbanistas e dos arquitetos com o “sentido próprio” construído por gramáticos e linguistas, que têm à disposição níveis de normalidade e normatividade para pontuar desvios e variações. É interessante observar que, embora relações desiguais de poder criem e espacializem códigos de valores, Certeau (1998, p. 180) deduz que “este ‘próprio’ (não figurado) permanece não localizável no uso corrente, verbal ou pedestre; é apenas a ficção produzida por um uso também particular...”. Assim, o “sentido próprio” da linguagem e, analogamente, do espaço é puramente transitivo, como “metalinguagem” que re-significa lugares e seus dizeres “fora” da vigilância.

Apesar de os próprios regimes de poder coexistirem com usos e representações subversivas do espaço, alguns dos códigos comportamentais podem ser tão amplamente convencionados e reiterados historicamente que aparecem como fatalidade própria da vida pública. Este fato acaba ficcionalizando os códigos hegemônicos que regulam corpos e gestualidades dentro de ideais reguladores, promovendo a sensação de que o espaço material pode ser inteligível fora do discurso e, portanto, numa condição de neutralidade. Daí, não por acaso, o espaço urbano ser atravessado por discursos de poder que visam produzir a ideia da naturalização comportamental e, assim, persuadir sujeitos sobre a suposta obviedade de um modelo único de comportamento. Se na Idade Média o discurso sobre a naturalização da pobreza foi condição para conformação dos sujeitos com os extratos sociais socialmente configurados; na modernidade a presunçosa naturalização do gênero se tornou elemento fundamental para resguardar os interesses morais e patrimoniais da burguesia conservadora. Por isso, criar uma sensação de coerência e ordem na forma como os corpos devem desempenhar seus gêneros no espaço público dentro do quadrante binário, é parte do repertório discursivo inscrito numa estrutura social historicamente construída.

Cortés (2008) observa que o espaço apenas existe na medida que é utilizado e experimentado, pois são as relações sociais que atribuem a cada lugar uma lógica de reprodução e os meios de perpetuação. Por esta razão, espaços masculinos, femininos ou gays existem tão



somente dentro do discurso, que, na reiteração, cria a aparência estática e naturalizada do que, na verdade, é seu efeito. Se observarmos, por exemplo, a decoração tipicamente “feminina” num salão de beleza (firulas, florais e tons de cor que indicam delicadeza e recato), fica nítida a codificação de um modo de pensar o sexo feminino a partir da lógica do patriarcado. Por outro lado, se pensarmos na decoração tipicamente “masculina” numa barbearia (formas retas, cores sóbrias, assessorios que remetem a atividades fora de casa), reforçam-se as ideias do macho despojado das “frivolidades” que, nesta lógica, são atributos de feminilidade.

A questão central é notar que essas distinções são construídas e reiteradas e, por isso, podem estar sujeitas ao deslocamento. Lembremos que Butler (2019b) entende gênero, não como uma identidade fixa, mas como performatividade porque não existe pré-figuradamente, e, sim, como prática reiterada de gestos, atos, vestimentas, trejeitos etc. que criam uma sensação da conformação à perspectiva binária. Portanto, o performativo, semelhante ao gesto tratado por Agamben (2017), é muito mais um meio do que um fim e, por isso, confunde-se como articulação política que pode contestar os esquemas de normatividade. O performativo, como medialidade, reitera atos, admitindo suas próprias falhas e, mesmo na tentativa de reiteração, cria réplicas de infinitos modos de tornar-se gênero. Em direção semelhante, entendo que, do mesmo modo como o caráter performativo do gênero se justifica na transitividade que perpetuamente adia o ideal regulador e, ainda, da mesma forma como a potência política do performativo se justifica como medialidade indicativa de outras práticas e usos; de forma semelhante, o performativo do espaço reside no mesmo vir-a-ser da linguagem que abre brechas para infinitas possibilidades de usos e significações. Trata-se daquela transmutação de significados gerada pela metáfora que, como Greiner (2010a) lembrou, permite a inteligibilidade do lugar pelo deslocamento de significados para “dentro” de um modo próprio de decodificação.

Preocupada mais detidamente com a dimensão performativa do espaço, Irwin (2008) entende que a expressão de alguns significados é potencializada por certos lugares enquadrados pela performance. A autora tem um interesse especial de abordar a cena teatral, mas também admite que a ideia de espaço performativo pode ser estendida para entender a prática social comum dos sujeitos. Neste raciocínio, Irwin extrapola a tese de Butler sobre uma performance incorporada, para chamar o espaço à cena investigativa e, portanto, entender a confluência do espaço e do lugar nas análises sobre performance e performatividade. O argumento da autora segue na mesma direção de contestação da dicotomia dentro/fora que foi tratada no início deste texto, o que é fundamental para resgatar o corpo da ideia que presume sua passividade e transpô-lo para a condição de agente ativo na construção do discurso em convergência ou colisão com o espaço em que se apresenta. Assim, ao mesmo tempo em que o corpo pode reiterar o discurso,



também pode lhe oferecer confronto, reencenando e dissimulando normas estabelecidas em determinados espaços. Isto nos permite concluir que espaços específicos adquirem complexos e paradoxais significados dentro de certas circunstâncias, já que “a materialidade de um determinado local pode ser lida, tanto normativamente como transgressivamente em relação àquilo que é deslocado, escondido, enterrado, apagado e ausente, existindo apenas como palimpsesto⁷” (IRWIN, 2008, p. 48).

A criação de cenas de dissenso ocorre quando os corpos dissidentes, excluídos dos discursos de normalidade, infringem as fronteiras discursivas e se dispõem à visibilidade. A presença destes corpos deflagra os discursos de uniformização, rasurando expectativas normativas e trazendo a performatividade à cena pública. Afinal, se o racionalismo modernista deixou como legado o dissenso como um problema no espaço público, pelo performativo tem-se a oportunidade de problematizar este modo de pensamento e expô-lo como discurso de poder. Pelo performativo, tem-se também a oportunidade de trazer o dissenso de volta à cena pública, como condição *sine qua non* do exercício democrático. Poderíamos, inclusive, usar um termo de Butler (2003) para chamar o performativo de uma “ontologia de gerúndios” que, no espaço público, amplia as possibilidades de elegibilidade dos corpos que podem existir e resistir politicamente no espaço.

Uma vez que o processo de significação sempre ocorre no campo material e os sinais operam mediante sua aparição (BUTLER, 2019a), a visibilidade dos corpos é condição para criação significados, o que agrega a materialidade visível aos sentidos que os corpos carregam. Assim, como deduzem Butler e Athanasiou (2013), a visibilidade, em si, já torna o corpo político simplesmente porque amplifica sua linguagem (ainda que não verbal) e, por isso, afirma sua presença como vida corporal plural e obstinada. É neste teor que o espaço pode ser convocado a integrar a performatividade de corpos imbuídos da meta de borrar os padrões convencionados de normalidade. Aqui, corpos-gestos-espaços adquirem potência subversiva quando, juntos, afrontam convenções e, assim, produzem formas divergentes de elegibilidade do exercício político.

5 Considerações finais

Do século XVII até a primeira metade do século XX, diversas eram as feiras livres europeias que exibiam seus monstros. Eram crianças siamesas, anões, mulheres barbadas e outros corpos destoantes que se tornaram objetos de entretenimento e escárnio nos séculos da

⁷ Tradução minha.



modernidade (COURTINE, 2013). Contudo, foi somente com a apropriação do corpo pelo discurso médico que este *voyeurismo* bizarro passou a ser considerado inapropriado. De fato, poderíamos supor tratar-se de uma ética mais piedosa e solidária nascente no século XX, todavia suspeito de uma possibilidade paralela: a invisibilidade de corpos abjetos converge no discurso que defende uma essência natural. E mais: a regulação dos corpos que podem aparecer é essencial para produzir uma aparente fixação de padrões morfológicos de inteligibilidade dentro das economias dicotômicas (naturais/inaturais; certos/errados; homem universal/mulher universal...). Este discurso acaba dissimulando a ideia presunçosa de naturalização dos parâmetros de normalidade, apresentando os regimes de visibilidade como interesse comum e, portanto, como produto inevitável do progresso civilizatório. Assim, retirar os “anormais” do ângulo de visão é um modo de esquecer que sua realidade precária é resultado reiterado dos mesmos discursos que chamam à cena pública os corpos cujos marcadores visuais não discrepam. Ideia análoga foi perceptível no auge da caótica urbanização europeia dos séculos XVIII e XIX, quando começam a brotar algumas das ideias eugenistas que, mais tarde, desembocaram em regimes fascistas. O eugenismo mais se ocupa do puro higienismo do que das condições sociais desiguais que precarizam a vida humana nas cidades modernistas. O seu intento não é a inclusão, mas, sim, a institucionalização de fronteiras que garantam o banimento espacial dos corpos abjetos e, com isto, extirpação dos discursos imanentes à sua visibilidade.

Em oposição, pensar o espaço como performativo implica destacar as possibilidades de reconduzir seus significados para fora de economias dicotômicas e, portanto, reinserir o dissenso como atributo democrático da esfera pública. Além disso, esta mesma força performativa potencializa e aglutina modos dissensuais de visibilizar o corpo e, por isso, aponta para alternativas de pensar as cidades. Esse trajeto teórico serve para chamar atenção ao fato de que jamais podemos perder de vista o caráter transitivo dos discursos diluídos no espaço, pois, de outro modo, sucumbiríamos a um fatalismo paralisante, que impõe formas unitárias de existir corporalmente. A utopia de uma sociedade fora dos binarismos sectários nos é fundamental como motivação para um percurso performativo de luta política.

Referências

AGAMBEN, G. Notas sobre o gesto. In: AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 51-61.



- BERGSON, H. *Memória e vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze* – Mestre de conferências na Universidade de Paris VIII. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BUTLER, J; ATHANASIOU, A. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política as ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 Ed., 2019b.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – Vol. 1: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, M. *et al. A invenção do cotidiano – Vol. 2: Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1999.
- CORTÉS, J. M. G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Senac, 2008.
- COURTINE, J. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CRANE, D. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, 2006.
- DAMÁSIO, A. R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade – Vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GREINER, C. Da cozinha de Deus às membranas virtuais do homem. In: GREINER, C. e AMORIM, C. (Orgs.). *Leituras do corpo*. São Paulo: Annablume, 2010a, p. 125-132.



GREINER, C. *O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações*. São Paulo: Annablume, 2010b.

GREINER, C. *O corpo: pistas para estudos interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2005.

IRWIN, K. The Ambity of Performativity. How site makes meaning in site-specific performance. In: HANNAH, D.; HARSLOF, O. (orgs.). *Performance Design*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2008, p. 39-62.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

PRECIADO, Paul. Aprendendo com o vírus. *Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB*. Campinas, 28 mar. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3P8D6UV>. Acesso 09 nov. 2020.

PRECIADO, P. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1, 2018.

SENNETT, R. *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

